

Ensino de deontologia jornalística: um olhar sobre os currículos dos cem cursos mais antigos do país*



Rogério Christofolletti

*Doutor em Ciências da Comunicação
Professor de Jornalismo da Universidade
Federal de Santa Catarina
E-mail: rogerio.christofolletti@uol.com.br*

Resumo: A ética profissional sempre foi componente essencial dos cursos de Jornalismo no Brasil. São históricas as preocupações com as disciplinas e esses conteúdos. Mas ter ética no currículo é apenas o primeiro passo. Neste artigo, analisamos as matrizes curriculares dos cem cursos de Jornalismo mais tradicionais do país, verificando como esses conteúdos são oferecidos, que eixos orientam tais disciplinas, em que momento da formação são disponibilizados e com que duração. Os resultados apontam para um panorama de fragilidade do ensino de ética profissional dada a pouca presença na formação global.
Palavras-chave: ensino de Jornalismo, ética profissional, Deontologia Jornalística, currículos, disciplinas.

Enseñaza de la deontología periodística: una perspectiva sobre los curriculums de los cientos cursos más viejos del país

Resumen: La ética del trabajo ha sido siempre un componente esencial de los cursos de periodismo en Brasil. Son históricas las preocupaciones sobre estos temas. Pero tener la ética en el plan de estudios es sólo el primer paso. Este estudio analiza los planes de estudio de cien cursos de periodismo más tradicionales, para ver cómo estos contenidos son ofrecidos, los ejes orientados a las disciplinas, que momento de la formación están disponibles y cuánto tiempo. Los resultados apuntan a una imagen de la fragilidad de la enseñanza de la ética profesional, debido a la escasa presencia en la formación global.

Palabras clave: enseñanza de periodismo, ética, ética periodística, estudios, cursos.

Journalistic deontology education: a perspective on the curricula of the one hundred older courses of the country

Abstract: The professional ethics has always been an essential component of Journalism courses in Brazil. Are historical concerns about these subjects and content. But it is the first step. This article examines the curricula of the one hundred brazilian courses more traditional: how these contents are supplied, such as axes oriented disciplines, which at the time of training are available and how long. The results point to a picture of fragility of the teaching of professional ethics due to the low presence in global education.

Key words: Journalism education, professional ethics, Deontology, curricula, courses.

O ensino superior no Brasil é majoritariamente considerado na sua dimensão formativa profissionalizante. Isto é, embora esse nível de educação sinalize uma formação emancipatória e mais ampla na direção de incentivar a emergência de cidadãos, os cursos superiores quase sempre enfatizam o desenvolvimento de competências e habilidades que atendam a demandas do mercado de trabalho e a expectativas da sociedade. Com isso, os cursos deste nível posicionam-se numa encruzilhada, o que torna mais complexa ainda a tarefa da formação a que se propõem.

Essa condição não é suficientemente complicadora, pois deve-se levar em conta ainda os impactos que as novas tecnologias de informação e comunicação têm provocado em algumas esferas do conhecimento e da educação. É o caso dos cursos superiores em Comunicação Social, que têm sofrido não apenas com o surgimento de novas plataformas de publicação de conteúdo, com as mudanças das rotinas produtivas e com o próprio redimensionamento dos contornos das profissões vinculadas. Os impactos dos últimos anos têm mudado também o papel dos professores, a na-

tureza do conhecimento e os processos de ensino e aprendizagem¹.

Para completar o cenário, existe a carência de trabalhos acadêmicos que se debruçam com mais vigor sobre o ensino de comunicação no Brasil. Embora haja esforços para historicizar as ações no campo, são ainda raras as obras que discutam as especificidades do ensino de Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Cinema, Jornalismo, entre outros cursos da área. Pode-se atribuir isso a uma série de fatores, que vão do pouco interesse à incapacidade de confrontar conceitos e preocupações de saberes tão complexos quanto os da Educação e da Comunicação.

As páginas a seguir objetivam oferecer algumas contribuições para a reflexão sobre o ensino de Jornalismo praticado no Brasil, concentrando o foco sobre uma dimensão da formação superior, a que se ocupa dos conteúdos deontológicos ou ético-profissionais.

● Conteúdos indispensáveis, incipiência na reflexão

O aprofundamento nos estudos e o reconhecimento dos cursos para formação dos jornalistas diferem geograficamente. Em Portugal, o ensino de Jornalismo carece de interfaces maiores com a profissão, sendo ainda muito restrito ao raio de interesses acadêmicos, argumenta Sousa (2004). O autor enumera os desafios para a formação dos jornalistas no século XXI naquele país. Segundo Sousa, condições históricas contribuíram para a diluição acadêmica do Jornalismo dentro do campo da Comunicação, o que provocou esvaziamento, enfraquecimento e afastamento do ensino oferecido em relação às reais condições das redações jornalísticas.

¹ Segundo María Jesús Casals Carro, as novas tecnologias de informação e comunicação têm impactado tanto o ensino de jornalismo que obriga a delimitações sobre a natureza da profissão e o caráter indispensável de sua ética. Isso “deve estimular com urgência e intensidade a atenção para a concepção pedagógica e comunicativa do professor” de forma a que os alunos sejam sujeitos ativos no processo. Com isso, essas tecnologias podem ajudar a “restaurar um modelo educativo dialógico que recupere o sentido original do termo Comunicação como participação” (2006:p.70)

Por isso, Pinto e Sousa (2003) afirmam que o ensino de Jornalismo em Portugal é “recente e incipiente”. Os autores argumentam que razões históricas e políticas impediram uma tradição de estudos na área, já que o regime ditatorial de Salazar (1926-1974) não nutriu qualquer interesse no desenvolvimento do ensino e da pesquisa em Jornalismo. Isso fez com que até meados da década de 1980 não houvesse naquele país jornalistas com formação profissional específica na área. Conforme ainda contam os autores, permanece um sentimento na categoria que resiste a isso, de modo a alimentar crenças de que para ser jornalista basta aprender na prática. No Brasil, isso se repete em menor escala devido a mais de sessenta anos de cursos na área e a natural substituição no mercado de trabalho de profissionais forjados na redação por formados nas universidades.

Ainda na mesma península europeia, a Espanha goza de uma tradição efetiva de ensino de Jornalismo, conforme conta Murciano (2005). Os primeiros registros de um curso na área datam de 1887 em Salamanca², mas escolas profissionais – a exemplo da experiência de Pulitzer na Columbia University em 1903 nos Estados Unidos – só surgiram em 1926 entre os espanhóis. Murciano lembra que a Guerra Civil de 1936-39 “truncou o desenvolvimento natural” daquela experiência, e só a partir de 1970 os estudos em Jornalismo passaram a integrar definitivamente o sistema universitário espanhol, enfrentando resistências acadêmicas e profissionais. Cursos de mestrado, nos anos 1990, propiciaram um clima de maior cooperação entre essas esferas, pontua o autor.

No Brasil, os primeiros passos do ensino de Jornalismo são da década de 1930, mas só em 1947 é que surge a experiência seminal da Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo. De lá pra cá, a trajetória de formação profissional foi claudicante, o que nos permite dizer que

² Para efeitos comparativos, na França, o ensino de Jornalismo surgiu em 1899 (cf. MELO, 2006), e na Alemanha, bem antes, ainda no século XVIII (cf. MURCIANO, 2005).

haja um acumulado histórico relevante mas ainda imaturo e bastante disperso. A grande quantidade de cursos espalhados por todas as unidades da federação e uma jovem tradição em cursos de pós-graduação confere ao Brasil um lugar de destaque na América do Sul, mas ainda distancia o país de uma posição de maior influência mundial. A perenidade na formação de pesquisadores, o surgimento de entidades acadêmicas que buscam mais interlocução e o desenvolvimento de sistemas institucionais de avaliação dos cursos são fatores que permitem uma evolução sensível e rápida dos estudos em Jornalismo no Brasil, podendo alcançar uma visibilidade internacional maior nos próximos anos.

Voltando à preocupação deste artigo, é curioso perceber que em toda a história do ensino brasileiro de Jornalismo, as disciplinas com conteúdos deontológicos ou ético-profissionais sempre estiveram presentes nas propostas curriculares dos cursos. As sistematizações de Melo (1985; 1991), Moura (2002; 2007) e Meditsch (2007) assinalam essa presença, embora se perceba com clareza que houve modificações sensíveis no viés dessa formação nas seis décadas de ensino na área. Os conteúdos das disciplinas oscilaram entre o prescritivismo legalista e noções mais filosóficas da ética, e, em anos mais recentes, se percebe tendências na direção de uma deontologia específica e de interfaces que se preocupam com a cidadania e com uma ética mais planetária (cf. Christofolletti, 2009).

De qualquer maneira, é importante registrar que ética sempre foi matéria em curso de Jornalismo no Brasil. É oportuno também observar como tais conteúdos são oferecidos atualmente.

Se a ética profissional sempre esteve em pauta nos bancos escolares dos futuros jornalistas, pouco se investiu em termos de reflexão sobre o ensino de deontologia na área. Uma simples pesquisa em bases de dados científicas nacionais torna mais aguda a carência de trabalhos com esse escopo. Fora do país permanece a raridade de obras nessa direção, mas alguns periódicos especializados

ajudam a oxigenar as reflexões do campo, a exemplo do *Journal of Mass Media Ethics* e da *Media Ethics Magazine*. É bem verdade que outras áreas do conhecimento também sofrem da mesma escassez, sendo as carreiras da saúde as que mais contribuem – notadamente a Enfermagem³ e a Medicina. Entretanto, causa surpresa perceber que ética jornalística é assunto praticamente obrigatório nos cursos, mas seu ensino seja pouco estudado na academia⁴.



Se a ética profissional sempre esteve em pauta nos bancos escolares dos futuros jornalistas, pouco se investiu sobre o ensino de deontologia na área

Neste sentido, interessa-nos conhecer melhor a oferta dos conteúdos deontológicos dos cursos de Jornalismo no Brasil. Que disciplinas dão conta dessa dimensão formativa? Em que momento figuram nos currículos? Em que base teórico-conceituais estão assentadas? Como sua posição nas matrizes curriculares podem contribuir para uma formação ético-profissional melhor dos futuros jornalistas?

Ensino de ética profissional: cursos, currículos e disciplinas

Para responder aos questionamentos acima, é necessária uma maior aproximação

³ Exemplo é o trabalho de Germano (1993), um clássico da área e um dos poucos títulos nacionais com esse escopo.

⁴ Essa situação parece crônica. Em 1997, o *Journal of Mass Media Ethics* dedica um número específico para o ensino de ética na área: o número 4 do volume 12. Nas palavras iniciais, os editores reconhecem que, embora haja uma bibliografia longa e aprofundada sobre princípios éticos e estudos de caso, poucas são as páginas que se preocupam com uma pedagogia ou metodologia de ensino da disciplina.

dos cursos da área. Mesmo tendo em vista que matrizes curriculares e planos de ensino são instrumentos de planejamento que muitas vezes se descolam das realidades em sala de aula, entendemos que currículos e planos são sinalizadores de estratégias de ensino, de práticas educacionais e de políticas formativas. Por isso, mesmo que haja distância entre o que está previsto nesses documentos e o que acontece na rotina escolar, tomaremos as matrizes curriculares dos cursos, os ementários e os planos de ensino das disciplinas como fontes dos dados que nos permitirão ter uma compreensão melhor do ensino de Jornalismo no país.

Numa observação superficial, percebeu-se certa variedade de títulos e de ementas que as disciplinas relativas à ética jornalística assumem dentro dos cursos no Brasil. Neste sentido, assumimos uma terminologia comum, nominando sob um mesmo rótulo – Deontologia Jornalística – as diversas disciplinas que tratam de aspectos da ética profissional, dos deveres e valores morais da atividade jornalística, da conduta desses profissionais em seus cotidianos de trabalho.

Para ter uma dimensão nacional do ensino da área, optamos por uma amostra, identificando no Sistema Integrado de Informações do Ensino Superior (SiedSup) do Ministério da Educação entre os mais de 300 oferecidos, os 100 cursos mais antigos de Co-

municação Social – Habilitação em Jornalismo ou cursos de Jornalismo.

O critério da antiguidade se justifica pelo fato de que esses cursos acumulam mais experiências em suas trajetórias pedagógicas, e podem contribuir com mais elementos para a discussão do ensino da deontologia jornalística no país. O critério da antiguidade se conjuga ao de representatividade geográfica, fazendo com que a amostra tenha abrangência nacional.

Destacados os 100 cursos mais antigos, fizemos um levantamento de suas matrizes curriculares para obtermos um perfil mínimo do ponto de vista pedagógico, observando-se ementas, bibliografias, composição de semestres, entre outros detalhes. Na sequência, identificamos as disciplinas oferecidas no campo da Deontologia Jornalística, classificando-as conforme seus títulos, carga horária, natureza, e posição na grade curricular. O detalhamento desses dados permite um panorama de como os cursos atuam na formação deontológica dos futuros jornalistas.

Caracterização da população da pesquisa

Com base no Sistema Integrado de Informações do Ensino Superior (SiedSup) do Ministério da Educação, foram identificados os 100 cursos de Jornalismo mais antigos do país, compondo a seguinte amostra:

Instituição	Local	Início
Faculdade Cásper Líbero – FCL	São Paulo - SP	1947
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	Rio de Janeiro - RJ	1948
Universidade Federal da Bahia – UFBA	Salvador - BA	1950
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio	Rio de Janeiro - RJ	1951
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS	Porto Alegre - RS	1952
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF	Juiz de Fora - MG	1958
Universidade de Uberaba – UNIUBE	Uberaba - MG	1961

Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP	Recife - PE	1961
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	Belo Horizonte - MG	1962
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN	Natal - RN	1963
Universidade Federal do Ceará – UFC	Fortaleza - CE	1966
Universidade de São Paulo	São Paulo - SP	1966
Universidade Federal Fluminense – UFF	Niterói - RJ	1968
Universidade Federal de Goiás – UFG	Goiânia - GO	1968
Universidade Federal do Paraná – UFPR	Curitiba - PR	1969
Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas	Campinas - SP	1970
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ	Rio de Janeiro - RJ	1971
Universidade de Brasília – UnB	Brasília - DF	1971
Universidade Católica de Santos – UNISANTOS	Santos - SP	1971
Centro Universitário Metodista – IPA	Porto Alegre - RS	1971
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE	Recife - PE	1972
Fiam-Faam – Centro Universitário – UniFIAM-FAAM	São Paulo - SP	1972
Universidade Metodista de São Paulo – UMESP	São Bernardo - SP	1972
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	Santa Maria - RS	1972
Universidade Braz Cubas – UBC	Mogi das Cruzes - SP	1973
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS	São Leopoldo - RS	1973
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB	Brasília - DF	1973
Centro Universitário de Belo Horizonte – Uni-BH	Belo Horizonte - MG	1973
Centro Universitário da Cidade – UniverCidade	Rio de Janeiro - RJ	1974
Universidade de Mogi das Cruzes – UMC	Mogi das Cruzes - SP	1974
Centro Universitário Augusto Motta – UNISUAM	Rio de Janeiro - RJ	1974
Centro Universitário de Barra Mansa – UBM	Barra Mansa - RJ	1975
Universidade Federal do Maranhão	São Luiz - MA	1976
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP	São Paulo - SP	1978
Universidade Federal de Santa Catarina	Florianópolis - SC	1979
Universidade Federal de Alagoas – UFAL	Maceio - AL	1979
Universidade de Taubaté – UNITAU	Taubaté - SP	1979
Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP	Piracicaba - SP	1980
Universidade Tiradentes – UNIT	Aracajú - SE	1981
Universidade Federal do Piauí	Teresina - PI	1984

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP	Bauru - SP	1984
Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG	Ponta Grossa - PR	1985
Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR	Curitiba - PR	1988
Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS	Pouso Alegre - MG	1988
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Campo Grande - MS	1989
Centro Universitário do Triângulo – UNITRI	Uberlândia - MG	1989
Universidade Federal do Mato Grosso	Cuiabá - MT	1990
Universidade São Judas Tadeu – USJT	São Paulo - SP	1990
Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI	Itajaí - SC	1991
Universidade de Caxias do Sul – UCS	Caxias do Sul - RS	1992
Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	Canoas - RS	1992
Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Tubarão - SC	1992
Universidade Santa Cecília – UNISANTA	Santos - SP	1993
Universidade Federal de Sergipe – UFS	São Cristóvão - SE	1993
Universidade Tuiuti do Paraná – UTP	Curitiba - PR	1994
Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC	Santa Cruz do Sul - RS	1994
Universidade Veiga de Almeida – UVA	Rio de Janeiro - RJ	1994
Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE	Pres. Prudente - SP	1995
Universidade Castelo Branco – UCB	Rio de Janeiro - RJ	1995
Universidade de Sorocaba – UNISO	Sorocaba - SP	1995
Universidade Estácio de Sá – UNESA	Rio de Janeiro - RJ	1995
Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ	Cruz Alta - RS	1996
Universidade São Marcos – USM	São Paulo - SP	1996
Centro Universitário Nilton Lins – UNINILTONLINS	Manaus - AM	1996
Centro Universitário Monte Serrat – UNIMONTE	Santos - SP	1996
Universidade de Franca – UNIFRAN	Franca - SP	1996
Universidade de Passo Fundo – UPF	Passo Fundo - RS	1996
Centro Universitário do Norte Paulista – UNORP	São José do R. Preto - SP	1996
Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP	São J. dos Campos - SP	1997
Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL	São Paulo - SP	1997
Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Palhoca - SC	1997
Universidade Potiguar – UnP	Natal - RN	1997
Universidade do Sagrado Coração – USC	Bauru - SP	1997

Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva – FAFICA	Catanduva - SP	1998
Universidade Fumec – FUMEC	Belo Horizonte - MG	1998
Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos – MSB	Rio de Janeiro - RJ	1998
Instituto Sup. e Centro Educacional Luterano – Bom Jesus – IELUSC	Joinville - SC	1998
Faculdade Maringá – CESPARG	Maringá - PR	1998
Faculdade Prudente de Moraes – FPM	Itu - SP	1998
Centro Regional de Estudos em Ciências Humanas – CRECIH	Montes Claros - MG	1998
Faculdades Integradas de Caratinga – FIC	Caratinga - MG	1998
Centro Universitário Barão de Mauá – CBM	Ribeirão Preto - SP	1998
Centro Universitário de Maringá – Ceumar – CESU-MAR	Maringá - PR	1998
Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE	Gov. Valadares - MG	1998
Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UNOCHAPECÓ	Chapecó - SC	1998
Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB	Brasília - DF	1998
Universidade de Santo Amaro – UNISA	São Paulo - SP	1998
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Vitória da Conquista – BA	1998
Centro Univ. Campos de Andrade – UNIANDRADE	Curitiba - PR	1999
Centro Universitário Feevale – FEEVALE	Novo Hamburgo - RS	1999
Centro Universitário de Araraquara – UNIARA	Araraquara - SP	1999
Universidade Positivo – UP	Curitiba - PR	1999
Centro Universitário Fieo – UNIFIEO	Osasco - SP	1999
Centro Univ. Faculdades Associadas de Ensino – Fae – UNIFAE	São João da B. Vista - SP	1999
Centro Universitário Plínio Leite – UNIPLI	Niterói - RJ	1999
Universidade Católica Dom Bosco – UCDB	Campo Grande - MS	1999
Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS-MG	Varginha - MG	1999
Inst. Mun. Ensino Superior de Bebedouro Victório Cardassi – IMESB	Bebedouro - SP	1999
Faculdade de Comunicação Social de Hortolândia – FCSH	Hortolândia - SP	1999
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA	Assis - SP	1999

Sistematizada, a amostra dos cursos a serem avaliados é composta por cursos em 19 estados, de todas as regiões, conforme a seguinte proporção: 56% do Sudeste, 24% do Sul, 12% do Nordeste, 7% do Centro-Oeste e 1% do Norte. Trata-se de cursos instalados em faculdades, universidades e centros universitários municipais, estaduais e federais, em instituições públicas e particulares.

Não há apenas diferença nos títulos das disciplinas deontológicas, mas também confusão e dispersão conceitual sobre o que devem oferecer de conteúdos

Composta a amostra, foram obtidas matrizes curriculares dos cursos, ementários e planos de ensino das disciplinas ligadas à formação ético-profissional. A coleta dessas informações se deu junto às páginas eletrônicas dos cursos e, quando necessário, mediante contato com os coordenadores ou gestores. Compilados, os documentos foram lidos e deles extraídos dados que pudessem compor tabelas para melhor interpretação da presença, da natureza e do alcance das disciplinas em questão.

Resultados

As informações extraídas dos documentos institucionais sinalizam alguns elementos que podem ajudar a compor um perfil de como os cursos de Jornalismo oferecem conteúdos e disciplinas que tratam de ética profissional e deontologia. Note-se que isso não é o mesmo que dizer que teremos adiante um perfil de como ética jornalística é ensinada nos cursos, pois

para fazê-lo, seria ainda necessário adicionar informações de estratégias de ensino dos professores, metodologias, tecnologias e pedagogias adotadas. No entanto, os resultados a seguir nos apontam como esses conteúdos são visíveis em matrizes curriculares, quando são ofertados e com que duração. Além dessa ressalva, uma segunda deve ser feita: dois acontecimentos recentes podem influenciar mudanças nos currículos e cursos de Jornalismo nos próximos anos. Em junho de 2009, o Supremo Tribunal Federal decidiu pelo fim da obrigatoriedade de diploma para a obtenção de registro de jornalista profissional. Em outubro do mesmo ano, uma comissão de especialistas entregou ao Ministério da Educação um documento que deve reorientar as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Jornalismo, apontando bases e ênfases pedagógicas para as escolas.

Resumo da ópera: os resultados a seguir atuam como uma fotografia do momento dos cursos de Jornalismo no Brasil – o final da primeira década de 2000 – no que tange a oferta de conteúdos que visam a uma formação deontológica e profissional. É efêmero e dinâmico, mas é a primeira tentativa de um perfil do tipo no país.

Divergência de títulos e dispersão conceitual

A primeira dificuldade que se tem ao analisar as matrizes curriculares dos cursos de Jornalismo no Brasil é uma certa opacidade sobre os conteúdos oferecidos, principalmente quando se observa uma dimensão formativa que priorize a deontologia da carreira. Isto é, não só existem muitos títulos distintos tratando das mesmas unidades de ensino como também há disciplinas híbridas que abrangem as esferas da ética geral, da ética profissional e da legislação do setor de mídia e Jornalismo. Para se ter uma ideia, em uma centena de matrizes curriculares, foram encontrados 58 títulos distintos para disciplinas que

abordam essas esferas⁵. Listamos para uma melhor visualização dessa dispersão:

A comunicação e a cidadania
 Campo Profissional da Comunicação
 Cidadania e Legislação
 Comunicação e Cidadania
 Crítica de Mídia
 Deontologia da Comunicação
 Deontologia do Jornalismo
 Deontologia Jornalística
 Direito da Comunicação
 Direito e Ética em Jornalismo
 Ética
 Ética Cristã
 Ética da Comunicação
 Ética do Jornalismo
 Ética e Cidadania
 Ética e Comunicação
 Ética e Cultura Religiosa
 Ética e Filosofia
 Ética e Jornalismo
 Ética e Legislação
 Ética e Legislação do Jornalismo
 Ética e Legislação em Comunicação
 Ética e Legislação em Jornalismo
 Ética e Legislação em Jornalismo, Relações
 Públicas e Publicidade e Propaganda
 Ética e Legislação Jornalística
 Ética e Legislação no Jornalismo
 Ética e Leis da Prática Informacional
 Ética em Jornalismo
 Ética Jornalística
 Ética na Comunicação
 Ética na Comunicação e Direito à Infor-
 mação
 Ética profissional

Ética, Cidadania e Legislação do Jornalismo
 Ética, Cidadania e Realidade Brasileira
 Ética, Estética e Comunicação
 Ética, Legislação e Crítica de Mídia
 Éticas e Práticas Jornalísticas
 Humanismo e Cidadania
 Legislação Aplicada à Comunicação Social
 Legislação da Comunicação
 Legislação de Jornalismo
 Legislação e deontologia do Jornalismo
 Legislação e Ética do Jornalismo
 Legislação e Ética em Comunicação
 Legislação e Ética em Jornalismo
 Legislação e Ética em Jornalismo e RP
 Legislação e Ética Jornalística
 Legislação e Ética no Jornalismo
 Legislação e Ética Profissionais
 Legislação e Jornalismo
 Legislação e Políticas de Comunicação
 Legislação em Jornalismo
 Legislação Jornalística
 Legislação Profissional
 Noções de Direito
 Profissões em Comunicação
 Responsabilidade Social das Empresas
 Responsabilidade Social em Comunicação

Diante dessa divergência foi preciso, então, uma análise dos planos de ensino das disciplinas no sentido de identificar se tais matérias se encaixam no escopo deste estudo. Feito isso, percebemos que não há apenas diferença nos títulos das disciplinas deontológicas como isso assinala confusão e dispersão conceitual sobre o que devem oferecer de conteúdos.

Os 58 tipos de títulos encontrados na pesquisa podem ser divididos em três categorias:

- Disciplinas que tratam só e tão somente de ética jornalística ou deontologia na área
- Disciplinas que abrangem ética, deontologia e legislação
- Disciplinas que apontam para entornos mais gerais, como cidadania, filosofia e responsabilidade social empresarial

⁵ Nos cem cursos de Jornalismo mais antigos do país apenas um não trazia em sua matriz curricular uma disciplina sobre ética ou deontologia. Trata-se do curso da Universidade de Franca (Unifran), de Franca (SP). Contatada por email a coordenação dos cursos de Comunicação Social da instituição informou que o tema ética jornalística é transversal e atravessa diversas disciplinas do currículo. Além disso, o projeto pedagógico do curso de Jornalismo da Unifran contempla tais conteúdos, distribuindo-os em momentos estratégicos da formação dos profissionais de forma a atender não apenas as exigências do Ministério da Educação como as demandas mercadológicas.

A amostra de cursos de Jornalismo revela que em 57,5% dos casos, as disciplinas conjugam conteúdos de ética, deontologia e legislação do setor. Isto é, em quase 3/5 dos cursos, as unidades de ensino para uma formação ético-profissional estão ligadas de alguma maneira com dispositivos legais, marcos regulatórios e instrumentos jurídicos. Essa ligação se dá tanto pela acomodação de conteúdos considerados semelhantes ou contíguos, quanto pela assunção de um discurso legalista no que tange a deontologia. As ementas mostram que essas disciplinas em particular se estruturam em módulos, iniciando com os conteúdos de legislação e passando aos de deontologia, e vice-versa. As ementas permitem entrever também a naturalização de um discurso muito mais normatizador e prescritivista para a ética do que um discurso que incentive a reflexão, a comparação de valores e princípios e o raciocínio ético.

Colocado desta forma, a ética jornalística posiciona-se mais como uma consequência de leis e dispositivos jurídicos e menos como uma dimensão essencial da constituição do sujeito-jornalista e um dos alicerces para a emergência do Jornalismo como um campo que detém um *ethos* próprio. A ética profissional dos jornalistas reduz-se a substrato, a uma complementaridade acessória.

As 58 variantes de títulos das matérias deontológicas e a larga ocorrência de disciplinas híbridas não significam apenas a falta de consenso no ensino de Jornalismo de como se deve oferecer a dimensão moral na formação profissional. Salientam dispersão e confusão conceitual, já que as disciplinas mesclam Direito e Comunicação, Jornalismo e Filosofia, Ética geral e Ética profissional, diluindo suas fronteiras e tomando-os, muitas vezes, como sinônimos ou parentes muito próximos. Assim, ao invés de ensinar deontologia jornalística, os cursos muitas vezes despejam sobre os alunos conteúdos do Direito ou de Filosofia. Não que tais saberes não sejam importantes, pelo contrário. Uma formação ampla só beneficia os futuros jornalistas. Mas o que se teme aqui é que competências, habilidades

e preocupações próprias do Jornalismo sejam deixadas em segundo plano em nome da erudição ou de conteúdos formativos mais atinentes a outras carreiras. Em algumas matrizes curriculares, por exemplo, viu-se a presença de conteúdos que dessem conta da história da ética desde os pré-socráticos em contraposição com a total ausência de unidades de ensino que abordassem dilemas éticos cotidianos dos jornalistas. Em outros casos, observou-se um movimento que expandia as discussões da conduta profissional na sua relação com a cidadania, setores específicos da sociedade e valores emergentes como o da responsabilidade social empresarial.

É claro que não se espera um único modelo ou que a estrutura esteja totalmente congelada, mas o descarte de saberes essenciais à profissão para a adoção de conhecimentos outros contribui apenas para a fragilização da formação.

Outro dado reforça esse panorama. Entre os cem cursos de Jornalismo mais antigos do país, menos de um terço conta com disciplinas específicas de deontologia, onde são abordados conteúdos restritos às preocupações ético-profissionais. Apenas 31,5% dos cursos apresentam essa realidade, e mais da metade deles oferecem essas disciplinas com 4 créditos diários de aula, o que significa dizer que 18% – menos de um quinto dos cursos – têm disciplinas próprias de deontologia jornalística com uma duração mais efetiva.

É importante repetir que não se quer uma uniformidade no oferecimento desses conteúdos nos cursos, nem uma padronização na sua formatação e presença nos currículos. Mas as condições evidenciadas neste estudo apontam para um ensino de ética jornalística frágil, disperso, confuso conceitualmente.

Presença no currículo e duração das disciplinas

Na caracterização das disciplinas com conteúdos ético-profissionais, observamos ainda quando essas matérias aparecem nas matrizes curriculares e com que duração são oferecidas. Na análise da amostra, vê-se que

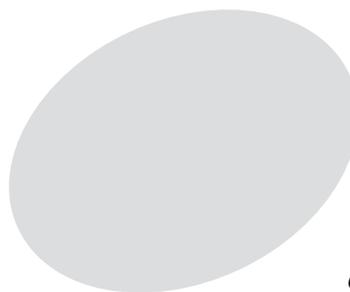
gestores e professores têm optado por oferecer essas disciplinas no meio da formação dos novos profissionais. Em 63,7% dos casos, tais disciplinas estão localizadas no segundo ou terceiro ano do curso, entre o 3º e o 6º semestre. Quase um quarto dos cursos (23,2%) oferece tais conteúdos no último ano (7º ou 8º semestre), e poucas são as instituições que apostam na oferta no primeiro ano de formação (13,1%). Essa distribuição parece sinalizar o entendimento de que a discussão de dilemas éticos e de casos de infração ético-moral no Jornalismo não devam ainda ser vivenciadas pelos estudantes iniciantes, e que seria necessário um processo de amadurecimento para o enfrentamento desta etapa formativa.

Para além da localização dessas disciplinas deontológicas na matriz curricular, chama a atenção o fato de que não é claro o esforço de que tais conteúdos possam perpassar toda a formação dos futuros jornalistas. É possível que diferentes atividades ou iniciativas internas dos cursos promovam essa movimentação e integração, mas esta orientação não é evidente nos currículos analisados. Isto é, em nenhum dos cursos observados, a ética profissional é o eixo norteador que atravessa e sustenta a formação.

Em termos da presença das disciplinas de cunho ético-profissional, os dados coletados mostram que a maioria dedica 4 créditos de aula diários (55,4%), mas um percentual nada desprezível (40%) é de disciplinas de 2 créditos. Apenas em 4,6% dos casos, contam 3 créditos. Disciplinas de 4 créditos são aquelas que tomam o horário de aula por completo, sem compartilhamento do tempo. Por isso, nos casos em que as matérias deontológicas têm 2 créditos, depreende-se que – ao menos na lógica do currículo – sejam disciplinas não essenciais, mas acessórias, complementares. A grande quantidade de cursos que optam por oferecer “Deontologia do Jornalismo” ou “Ética Jornalística” em 2 créditos é outro fator que ajuda a fragilizar a formação ético-profissional.

Com pouco tempo dedicado à matéria, deixando muitas vezes de priorizar os conteúdos que devem ser inerentes ao raciocínio ético no cotidiano jornalístico, e ainda tratando temáti-

cas por um viés mais generalizante – o da Comunicação, em detrimento do Jornalismo –, a dimensão formativa que se ocupa da deontologia nos cursos avaliados sofre diversos revezes. Ao mesmo tempo, empregadores reclamam do despreparo que muitos recém-formados demonstram ao chegar no mercado de trabalho, e a própria sociedade se queixa da queda da qualidade no Jornalismo. Pedem jornalistas tecnicamente melhores e eticamente mais comprometidos com o interesse público. Faculdades e



A ética jornalística posiciona-se mais como uma consequência de leis e dispositivos jurídicos e menos como uma dimensão da constituição do jornalista

universidades não apenas treinam jornalistas, mas se dedicam a oferecer uma formação mais ampla e aprofundada desses profissionais. O ensino de Jornalismo pressupõe a capacitação técnica para o manejo de instrumentos e ferramentas, a compreensão de sistemas de informação e de comunicação, a versatilidade e pleno domínio de diversas linguagens, e o apuro estético, entre outras competências e habilidades.

Os valores que sustentam um *ethos* jornalístico, a reflexão para as melhores escolhas e a orientação para a conduta profissional fazem parte de um conjunto de experiências formativas que não podem ser minimizadas, descaracterizadas ou descartadas pelos currículos. O panorama das disciplinas deontológicas nos cursos brasileiros que apresentamos aqui é preocupante pelo reducionismo a que foram confinadas. Por outro lado, este mesmo panorama é convidativo na proposição de mudanças e ações mais contundentes que tornem mais prioritária a formação ético-profissional dos futuros jornalistas.

(artigo recebido abr.2010/aprovado mai.2010)

Referências

- CASALS CARRO, M. **La enseñanza del periodismo y las nuevas tecnologías de la información y de la comunicación: estudios sobre el Mensaje Periodístico**, 2006, v.12, p. 59-70.
- CHRISTOFOLETTI, R. **La Ética Periodística en los currículos de la Unesco y en los cursos superiores brasileños**. Quito: Chasqui, n. 27, 2009.
- GERMANO, R. (2003). **A ética e o ensino de ética na enfermagem do Brasil**. São Paulo: Cortez.
- MEDITSCH, E. A qualidade do ensino na perspectiva do jornalismo: dos anos 1980 ao início do novo século. In: KUNSCH, M. (org.). **Ensino de Comunicação**. São Paulo: ECA/USP – Intercom, 2007.
- MELO, J. (1991). **Comunicação e Modernidade: o ensino e a pesquisa nas escolas de comunicação**. São Paulo: Loyola, 1991.
- _____. (1985). **Comunicação: teoria e política**. São Paulo: Summus.
- _____. (2006). **Pedagogia da Comunicação: matrizes brasileiras**. São Paulo: Angellara.
- MOURA, C. (2002). **O curso de Comunicação Social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares**. Porto Alegre: Edipucrs.
- _____. “Padrões de qualidade no ensino de comunicação no Brasil”. In: KUNSCH, M. M. K. (org.). **Ensino de Comunicação**. São Paulo: ECA/USP – Intercom, 2007.
- MURCIANO, M. **La enseñanza del periodismo, nuevos desafíos internos y externos**. Cuadernos de Periodistas, 2005, p. 89-100.
- PINTO, M. e SOUSA, H. **Journalism education at Universities and Journalism Schools in Portugal**. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Univ. Minho, 2003. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1597/1/mpinto_hsousa_JournEducation_2003.pdf. Acesso em: 10/11/2009
- SOUSA, J. P. **Desafios do ensino universitário do jornalismo ao nível da graduação no início do século XXI**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação (BOCC), Universidade Beira Interior, 2004. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-desafios-do-jornalismo.pdf>. Acesso em: 26/07/2009